

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE NA AMÉRICA
LATINA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO LABORAL¹**

**EDUCATION, WORK AND YOUTH IN LATIN AMERICA:
VOCATIONAL TRAINING AND LABOR INSERTION**

**EDUCACIÓN, TRABAJO Y JUVENTUD EN AMÉRICA LATINA:
FORMACIÓN PROFESIONAL E INSERCIÓN LABORAL**

Emerson Freire²
Sueli Soares dos Santos Batista³
Diane Andreia de Souza Fiala⁴

Resumo

Este estudo trata de preocupações contemporâneas sobre o modo como os novos modelos educacionais que visam à profissionalização impactam na inserção social dos jovens, como as políticas públicas têm lidado com essas preocupações e quais alternativas são possíveis para superar os desafios apresentados nesse cenário. O ponto de partida é a questão de como as instituições de ensino profissional e tecnológico podem fomentar a inserção socioprofissional dos jovens, de forma a cumprirem com a sua formação básica e profissional na idade e no tempo condizentes com as necessidades individuais e coletivas. A metodologia incluiu revisão de literatura e estudo comparado na área da Educação. Espera-se contribuir para a análise desse problema, que se baseia não apenas em dados quantitativos sobre a educação e a inserção socioprofissional de jovens em contextos específicos da América Latina, principalmente do Brasil, mas considerando a relevância de estudos de autores que se preocupam com a relação entre trabalho e educação nas sociedades neoliberais.

Palavras-chave: Educação e trabalho; Juventude; Educação profissional e tecnológica; Educação comparada.

Abstract

This study deals with contemporary concerns of how the new educational models aiming at professionalization impact on social insertion of the youth, how public policies have dealt with these concerns and what alternatives are possible to overcome the challenges presented in this scenario. The starting point is the issue of how professional and technological education institutions can foster the socio-occupational insertion of young people in order to fulfill their basic and professional education at the age and time consistent with individual and collective needs. One expects to contribute to the analysis of this problem, which is based not only on quantitative data on the education and socio-occupational insertion of young people in specific contexts of Latin America, mainly in Brazil, but considering the relevance of studies from authors who are concerned with the relationship between work and education in neoliberal societies.

Keywords: Education and work; Youth; Vocational and technological education; Comparative education.

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo nº 405335/2021-0, aprovada e iniciada em 2022.

² Doutorado em Filosofia e Sociologia. Unidade de Pós-graduação do Ceeteps. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5449-2002>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5662623397801990>. E-mail: freire.emerson@uol.com.br

³ Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Afiliação: Unidade de Pós-graduação do Ceeteps. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8126-9615>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5662623397801990>. E-mail: suelissbatista@uol.com.br

⁴ Doutorado em Educação. Afiliação: Ceeteps. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5498-5894>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3815408453747827>. E-mail: fiala.diane@gmail.com

Resumen

Este estudio trata de preocupaciones contemporáneas sobre cómo los nuevos modelos educativos que apuntan a la profesionalización impactan en la inserción social de los jóvenes, cómo las políticas públicas han abordado estas preocupaciones y qué alternativas son posibles para superar los desafíos presentados en este escenario. El punto de partida es la cuestión de cómo las instituciones de enseñanza profesional y tecnológica pueden fomentar la inserción socioprofesional de los jóvenes, de manera que cumplan su formación básica y profesional en la edad y el tiempo acordes con las necesidades individuales y colectivas. La metodología incluyó revisión de literatura y estudio comparado en el área de educación. Se espera contribuir al análisis de este problema, que se basa no solo en datos cuantitativos sobre la educación y la inserción socioprofesional de jóvenes en contextos específicos de América Latina, principalmente de Brasil, sino considerando la relevancia de estudios de autores que se preocupan por la relación entre trabajo y educación en las sociedades neoliberales.

Palabras clave: Educación y trabajo; Juventud; Educación profesional y tecnológica; Educación comparada.

Introdução

Quando o problema da inadequação, da pobreza, do desemprego surge, as infundáveis reformas educacionais comumente são dirigidas aos mais jovens como panaceia para o subdesenvolvimento finalmente alcançar os níveis de excelência exigidos no mundo desenvolvido. No formato de uma modernização conservadora, esse problema no Brasil conheceu seu primeiro encaminhamento como política educacional de caráter caritativo e assistencialista com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, nos primeiros anos da República, período pós-abolição, em que se tratava de dar algum destino à massa de escravos em abandono (Brasil, 1909).

O Decreto do então presidente Nilo Peçanha, com o objetivo de criar nas capitais dos estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito, considerava e descrevia o seguinte cenário: aumento constante da população das cidades ao exigir que se facilitasse às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência e, por isso mesmo, fazendo-se necessário habilitar os filhos desfavorecidos da fortuna com o preparo técnico e intelectual. De maneira indissociável, vislumbrava-se o imperativo de fazer com que esses filhos adquirissem hábitos de trabalho profícuo, capaz de afastá-los da ociosidade ignorante, da escola do vício e do crime (Brasil, 1909).

A formação profissionalizante oferecida em geral aos jovens com dificuldades socioeconômicas, em grande parte voltada às técnicas em seu sentido mais fraco, utilitário, traz um ar promissor de se estar dentro do espectro exigido em cada época e de proporcionar possibilidades de sobrevivência. Ciavatta e Ramos (2012) analisam como

as políticas educacionais e sociais, em sentido amplo, têm banido as expressões “pobres” e “pobreza” do seu vocabulário priorizando termos, como “questão social”, “desfavorecimento”, “vulnerabilidade social”, “desigualdade”, “exclusão” (Ciavatta & Ramos, 2012).

De todo modo, a educação dos mais pobres é uma promessa antiga, mas reiteradamente negada e adiada como formação plena e emancipadora. Não é exagero afirmar que o Império e a República no Brasil (séculos XIX e XX) têm iniciativas abortadas de unir trabalho manual e trabalho intelectual, apesar de o Decreto de 1909 mencionar o necessário preparo nessas duas dimensões (Ciavatta, 2011).

Ao pensar no contexto latino-americano, no levantamento realizado para a criação do *Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional* Cinterfor/OIT, na década de 1960, mostrava-se que a região contava com recursos escassos, com abundância de trabalhadores sem formação, e dados da Unesco de 1950 apontavam para um total de 40% de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais. Outrossim, muitos trabalhadores eram formados no local de trabalho, e a meta era mostrar às empresas que a mão de obra, formada no local de trabalho, tampouco recebia todo o conhecimento necessário de como fazer e porque fazer daquela maneira, já que a formação era truncada e merecia ser repensada (Cinterfor, 1968).

Nos limites deste estudo, questões de caráter mais amplo são traduzidas nas preocupações contemporâneas de como os novos modelos educacionais – que visam à profissionalização – impactam na inserção social da juventude; como as políticas públicas têm buscado o enfrentamento dessa questão; e que alternativas são possíveis para superar os desafios que se apresentam nesse cenário. Interrogantes secundários surgem para o aprofundamento do questionamento inicial. Há de serem revistas e cumpridas as políticas públicas para a ampliação e o acesso à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, para que o aluno tenha pré-requisitos necessários de ingresso na formação profissional. Contudo, como as instituições de ensino profissionalizante e tecnológico podem fomentar essa formação – e esta ser idealizada por esses jovens, de modo que busquem cumprir com suas formações básicas e profissionalizantes em tempo e idades condizentes com as necessidades individuais e coletivas?

O presente estudo considera a complexidade dessas questões já postas no surgimento do liberalismo, em busca de compreender os desafios contemporâneos para a

formação e a inserção laboral dos jovens que têm nesses desafios a legitimação de suas trajetórias escolares e profissionais sempre defendidas em políticas educacionais.

O artigo apresenta resultados de pesquisa de longo alcance feitos, sobretudo, por agências multilaterais mapeando o problema aqui tratado em escala global e regional. Destaca, todavia, que a trajetória histórica e as perspectivas das experiências e dos sistemas de ensino voltados à escolarização e à profissionalização dos jovens e adultos podem ser compreendidas a partir do desenvolvimento das forças produtivas como estrutura fundamental das relações econômicas – e mediante as diversas concepções de educação, de trabalho e de cultura que os grupos sociais produziram e continuam produzindo em busca de seus direitos de formação e de inserção laboral.

Espera-se que este estudo possa cooperar com a análise desse problema tratado a partir não só de dados quantitativos sobre a formação e a inserção sociolaboral dos jovens, mas considerando a relevância de estudos, como os de Dardot e Laval (2016), por intermédio de Foucault (1987) e Antunes (2011), dentre outros autores que se preocupam com as relações entre o trabalho e a educação em uma sociedade neoliberal.

Escolarização e profissionalização dos jovens no contexto contemporâneo

A existência de jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho não é uma peculiaridade brasileira. Dados de 2023 indicam que o Brasil tinha 21,2% da população entre 15 e 29 anos contra 20,4% da média mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2024); desse total, 65% são mulheres. O Brasil lidera o *ranking* latino-americano se comparado à Argentina (16,1%), China (12,9%), Rússia (12,2%) Índia (25,9%) e África do Sul (31,7%). Guiana tinha a maior taxa entre os países, 46,4%, e a Bolívia a menor taxa, 11%. As mulheres jovens são mais propensas a se tornarem *Not currently engaged in Employment, Education or Training* (NEET), corroborando com os achados dos dados da União Europeia (EU) –, existindo, assim, uma diferença entre os sexos em relação à proporção de jovens adultos. Em 2023, nos domicílios mais pobres, 49,3% dos jovens estavam fora do mercado de trabalho e de instituições de ensino. Pensando na média mundial, 28% dos NEETs são mulheres e 13,1% são homens (Valor Econômico, 2024).

Ao analisar o cenário entre países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2023, o Brasil tinha uma taxa de NEET na faixa de 24,4% (sendo que 30% são mulheres e 18,8% são homens entre 18 e 24 anos de idade), enquanto a média entre países membros da OCDE chegava a 14,7% (mulheres: 14% e homens: 15%) (Tokarnia, 2023; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

27,1% das jovens eram NEET, enquanto a percentagem correspondente entre os rapazes era 11,6 pontos percentuais inferior, para 15,5%. No Brasil, a diferença é de 9,7% entre mulheres e homens, 28,3% e 18,6%, respectivamente (*The World Bank Group*, 2023). Em todo o mundo, existem 1,3 bilhão de jovens, dos quais 267 milhões são NEET. Dois terços deles, 181 milhões, são mulheres (Organização Internacional do Trabalho, 2020).

Não se reduzindo à esfera econômica, a inserção laboral continua sendo elemento estruturante em termos sociais, culturais e psicológicos. No entanto, conforme previa Ebersold (2001), em escala mundial, os atuais mercados de trabalho, com características altamente estratificadas, vêm criando dificuldades de vulto, quando não mesmo inultrapassáveis a um conjunto cada vez mais alargado de trabalhadores que se encontram em situação de precariedade e de crescente proletarização (Alcoforado et al., 2019).

Na União Europeia (UE), de acordo com dados do *European Statistical Office* (Eurostat), o desemprego juvenil chegou a 2.835 milhões de jovens com menos de 25 anos de idade, num total de 14,5%, sendo 6% de mulheres, 5,5% de homens e 3% de jovens refugiados (European Statistical Office, 2025) em 2022; 13,1% dos jovens de 15 a 29 anos, em 2021, eram NEET – 15,5% entre aqueles com baixo nível educacional e 9,2% entre aqueles com alto nível de escolaridade. Em 2021, variou de 5,5% na Holanda a 23,1% na Itália (4,2 vezes maior). A percentagem global de NEET diminuiu na UE em 2,3% entre 2011 e 2021. Em 2021, a taxa de NEET para jovens de 15 a 29 anos foi de 26%. As mulheres jovens são mais propensas a não estar empregadas, nem a estudar ou a receber formação do que os homens jovens. Em 2021, 14,5% das jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos na UE eram NEET, enquanto a percentagem correspondente entre os rapazes era 2,7 pontos percentuais inferior, 11,8% (European Statistical Office, 2022).

Há uma série de fatores que podem explicar a disparidade de gênero. Por exemplo, as convenções ou as pressões sociais, que tendem a atribuir maior importância ao papel da mulher na família e ao papel do homem no sustento da família por meio do trabalho. Além disso, existe o risco de questões do mercado de trabalho, como: empregadores que preferem contratar homens jovens a mulheres jovens; mulheres jovens com dificuldades de assimilação no retorno ao trabalho após o parto; as mulheres jovens têm maior probabilidade de ter empregos mal remunerados ou empregos precários etc. (European Statistical Office, 2022).

Segundo dados da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021), no *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe de 2020*, a taxa de desocupação entre os jovens nas regiões urbanas é a maior entre todos os grupos etários, o que se deve, efetivamente, por ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho, dado que, por si só, reforça a necessidade de atenção na proposição de políticas referentes à inserção laboral dos jovens e, em especial, às questões vivenciadas pelas jovens latino-americanas, que, segundo dados do mesmo Anuário, possuem 20,4% de taxa de desemprego aberto, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, 5% a mais do que os jovens do sexo masculino com 15,1% (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021).

Outrossim, o *Panorama Laboral 2023 de América Latina y el Caribe* mostra que a taxa de desemprego juvenil é de 14,4%, sendo que a taxa geral é de 6,5% - em comparação ao anuário de 2021, há uma queda na taxa, mas alguns países apresentam taxas mais altas chegando a 30%, e os problemas estruturais de inserção laboral de jovens persistem, de modo que a informalidade na região chegava a 48% na média geral e 70% em alguns países. Essa conjuntura também evidencia que a participação feminina de mulheres com 15 anos ou mais aumentou de 41,3% no início dos anos 90 para 53,9% em 2022 (Organização Internacional do Trabalho, 2023).

Os dados extraídos da base de dados da CEPAL mostram, ainda, as razões pelas quais a juventude está sem escola e sem trabalho, dividindo a amostra em quatro grupos: os que não estudam e não trabalham por razões de inatividade econômica; os que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado; os que buscam o primeiro emprego; e um quarto grupo que indica outras razões (Comissão Econômica para a América Latina

e o Caribe, 2021), chegando a 21,0% no ano de 2022 – 26,6% de mulheres e 15,5% de homens (Organização Internacional do Trabalho, 2023).

A média latino-americana para ambos os sexos, do total de jovens que não trabalham nem estudam por razões de inatividade econômica, é a seguinte: jovens mulheres nessa condição somam 25,3% contra somente 9,4% de homens. Já em relação aos trabalhos domésticos, a diferença aumenta muito, sendo que a percentagem de jovens homens que se dedicam aos cuidados não remunerados do lar é de 1,3%, enquanto 18% das jovens latino-americanas vivem essa realidade. Isso se comprova pela taxa de participação em atividades econômicas por sexo e grupo etário, em que a participação econômica geral dos homens (de 15 anos ou mais) chega a 79%, enquanto a das mulheres apenas 52,5%. O mesmo indicador no grupo etário de 15 a 24 anos chega a 60% nos homens e apenas 38% nas mulheres (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021).

Tem aumentado, ano após ano, a quantidade de concluintes da educação em todos os níveis, o que é reflexo da existência de políticas de acesso e de manutenção dessas iniciativas. Tal situação se revela no aumento geral na percentagem de jovens de 15 a 19 anos que concluíram a educação secundária, de 63,6%, em 2002, para 74,0%, em 2019. Existe um recorte social que não consegue participar dessas políticas educacionais: são os jovens dos setores com menores recursos econômicos, dos territórios rurais mais isolados, as populações indígena e afrodescendente (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2021). Por outro lado, a evasão chega a 57% na região latino-americana, ao atingir 82% na Guatemala e 40% na Argentina, não sendo muito diferente de países desenvolvidos, que correspondem a 50% nos Estados Unidos e a 25% em países europeus, como a Finlândia (Torres-Patiño, Rojas-Hernandez & García-Perdomo, 2021).

São necessárias políticas públicas integrais com perspectiva de gênero, que sejam multidimensionais e abordem sinergicamente os nós estruturais da desigualdade de gênero. Isso implica transversalizar a perspectiva de gênero em todas as políticas de emprego e de educação, prestando especial atenção ao vínculo entre a educação e o emprego para potencializar as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2023).

A reestruturação produtiva fez com que muitas funções dentro das organizações fossem abolidas, assim como outras emergiram. A inovação tecnológica resultou no

fechamento de muitos postos de trabalho, sobretudo no setor industrial, enquanto houve expansão no setor de serviços.

Devido à flexibilização das relações trabalhistas no mercado formal de trabalho, muitos empregos se tornaram precários, aumentando, significativamente, o número de empregos autônomos e o trabalho informal de modo geral (Harvey, 2013; Helal, 2005). Por trabalho informal, compreende-se o realizado por vias claras de informalidade e o realizado por contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, independentemente se realizado dentro ou fora de uma organização (Antunes, 2018). Ao abandonarem a escola, o mundo do trabalho a ser enfrentado é o da “[...] subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado” (Antunes, 2000, p. 49).

As políticas públicas recentes para a escolarização e a profissionalização de jovens e adultos na América Latina se inscrevem no contexto de ajuste macroeconômico e reforma do papel do Estado e da sociedade neoliberal, marcando-se pelas diretrizes de restrição do gasto público, descentralização, focalização e privatização (Di Pierro, 2008).

No continente latino-americano, identifica-se a falta de planejamento e de um modelo claro de desenvolvimento socioeconômico, considerando-se que as políticas adotadas têm sido baseadas na dependência econômica e de submissão acrítica às diretrizes traçadas pelas agências multilaterais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agências reguladas pelos interesses dos países de capitalismo avançado. Os sistemas educacionais nacionais, nesse contexto, têm refletido as diretrizes internacionais de maneira controversa ao centrarem suas preocupações com o cumprimento de elevados indicadores por meio de políticas de competição, de maneira a colocar em risco os princípios e as garantias de formação para a cidadania, conhecimento global, autonomia, respeito e formação ética (Aguilar, 2013).

Desafios enfrentados pelos jovens para o ingresso e a permanência na educação profissional e tecnológica no Brasil

Em 2019, 2,1 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil (7,6% do total de matriculados), mais de 623 mil abandonaram a escola (2,2% do total) e mais de 6 milhões

(21%) estavam em distorção idade-série. O perfil deles é bastante conhecido: concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, são muitas vezes crianças e adolescentes negros (10,8%) e indígenas (10,9%) – *versus* estudantes brancos (5,9%) ou com deficiências (11,5%). Com a pandemia da covid-19, foi esse, também, o grupo de estudantes que enfrentou as maiores dificuldades para se manter aprendendo, de modo a agravar as desigualdades no Brasil. Mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram atividades escolares em 2020, conforme dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021).

O atraso escolar e a evasão, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, impedem que jovens deem continuidade em seus estudos nos cursos técnicos e de formação de graduação tecnológica, o que afasta esse público da possibilidade de aprendizagem de novas carreiras, definição de suas habilidades e competências profissionais, além de os colocarem em condições precárias de trabalho, renda e de instável *status* social.

As metas do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2014) fazem referências à universalização do Ensino Médio, à educação profissional nas modalidades EJA integrada à educação profissional (com proposta de oferta de, no mínimo, 25% das matrículas), à EPTNM (com proposta de se triplicar as matrículas dessa modalidade e expansão de 50% do segmento público) e à Educação Superior (em que também se insere a graduação tecnológica, com previsão de aumento de 50% da taxa de matrícula e expansão de 40% da taxa de novas matrículas no segmento público dessa formação).

Segundo dados de 2023 do módulo de Educação da PNAD – Contínua, publicados em março de 2023, no Brasil, 9 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não haviam concluído o ensino médio (25,6% mulheres e 14,2% homens – 66,1% de pretos(as) e 32,9% pardos(as)) devido à necessidade de trabalhar (41,7%) ou falta de interesse (23,5%); dentre as mulheres, 36,3% precisam cuidar das pessoas e realizar afazeres domésticos, e 19,7% não frequentam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular. A educação profissional e tecnológica aparece na pesquisa como uma possibilidade de recuperar o interesse dos jovens por seu caráter prático (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Um jovem que, na sua trajetória escolar, não vê perspectivas em dar continuidade ao nível médio, conseqüentemente não terá condições de concluir essa etapa da Educação

Básica, nem de ingressar em um curso de formação profissional (que pode ser feito durante ou após o cumprimento desse nível escolar). Não estar trabalhando nem estudando elimina, ainda mais, todas as possibilidades desses jovens de fazerem planos futuros, o que os deixa sob as estatísticas do desemprego, à mercê de um subemprego ou perante um quadro de total instabilidade profissional e de inacessibilidade às novas tecnologias e ferramentas de trabalho.

Apesar de ter havido um aumento da oferta de cursos profissionalizantes em todos os níveis de ensino em função da expansão das redes de educação profissional nos últimos anos, o Brasil ainda se encontra em desvantagem em comparação a países vizinhos da América Latina. A desvantagem é ainda maior se comparada aos países desenvolvidos. A expansão das escolas técnicas e tecnológicas e a inserção do jovem em todos os aspectos da vida social continuam distantes de uma resposta satisfatória.

Elevar a instrução e a qualificação de jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país. Especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e alta rotatividade.

Em relação à frequência à Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com o Censo Escolar de 2023 (Ministério da Educação, 2023), essa foi a modalidade de ensino que apresentou maior taxa de crescimento com um aumento de 12% de matrículas: mais especificamente, foi de 2,1 milhões, em 2022, para 2,4 milhões, em 2023, chegando a 2,6 milhões em 2024, com um aumento no curso técnico integrado na modalidade EJA no percentual de 53,6% e redução na modalidade subsequente com queda de 7,9%. Todavia, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil deveria alcançar 4,8 milhões de matrículas em 2024, ficando ainda muito aquém do estipulado. A modalidade de ensino, entretanto, é a mais bem avaliada no sistema educacional do país e é recomendada por 9 a cada 10 brasileiros com mais de 16 anos de idade. O desafio, agora, é ampliar o acesso a ela (Portal da Indústria, 2023).

Sobre as matrículas da educação profissional, 45,3% são oferecidas na rede estadual, redes privadas 39% e rede federal 13%. Enquanto a rede federal oferece o maior número de matrículas no total de 335.557, a rede municipal oferece a maior parte de matrículas na área rural (27,1%). Quanto à idade 55,2% são jovens com menos de 20 anos de idade com predominância de participação do sexo feminino (Ministério da Educação

[...], 2025) e, no que tange à cor e à raça, há predominância de pessoas pretas e pardas na EJA (87,5%) e formação continuada (76,9%).

Concernente à frequência à educação profissional na modalidade graduação tecnológica, que se refere, também, à educação do Ensino Superior de graduação, porém com duração menor de dois a três anos e diploma de tecnólogo, de 8,5 milhões de estudantes do Ensino Superior, somente 8,5% (724 mil) frequentavam cursos tecnológicos.

O número de matrículas na educação profissional e técnica cresceu apenas 8% entre 2013 e 2019 no Brasil. Na UE, os estudantes que estão nessa modalidade de ensino são 46% e 40% nos países que fazem parte da OCDE. A meta 11 do PNE 2014-2024 prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando, pelo menos, 50% da expansão no segmento público (Brasil, 2014).

São necessárias amplas e renovadas estratégias para que essas metas sejam alcançadas. Buscar elevar a taxa de matrícula dessas modalidades de cursos requer, antes de tudo, que se verifiquem metodologias de fomento da formação na Educação Básica com vistas à continuidade dos educandos na educação profissional – e, principalmente, a sua inserção no mundo do trabalho, condição essencial para a garantia de obtenção de qualidade de vida, realização de plenitude sociocultural e econômica (Moraes; Albuquerque, 2019).

A taxa de matrícula nessa modalidade educacional no Brasil é baixa: apenas 11% dos alunos do Ensino Médio, em 2018, participavam de cursos técnicos, bem abaixo da média da OCDE de 42% e da meta do PNE 2014-2024 de 25% até 2024. As taxas de conclusão também são baixas: em 2018, apenas 58% dos alunos da educação profissional e técnica do Ensino Médio tinham se formado dois anos após a duração teórica. As reformas atuais visam ao modelo integrado, que registra taxas de evasão mais baixas e tem como objetivo aumentar as matrículas (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2021). No Brasil, 1 a cada 10 estudantes entre 15 e 24 anos faz um curso profissionalizante, num total de 11%, sendo que a média da OCDE chega a 35% entre estudantes de 15 a 19 anos e 65% entre os que têm entre 20 e 24 anos de idade, de acordo com o relatório *Education at a Glance 2023*. A propósito, em 2023, o foco foi concedido à educação profissional, e os dados mostram que, no Brasil, 62% dos estudantes concluem o curso profissionalizante no tempo esperado.

Essa não é meramente uma tendência que se pode resolver somente com mais vagas no ensino técnico e tecnológico. A ligação que se faz entre emprego e aumento de ofertas de vagas no ensino técnico e tecnológico carece de sempre ser avaliada. A formação integrada em todos os níveis e modalidades de ensino, a flexibilização da legislação trabalhista – uma estratégia clara para certificação e regulamentação profissional –, o apoio a pequenos e microempreendedores e o compromisso com empreendimentos de base tecnológica são ações que, interligadas, podem garantir uma boa política de geração de emprego (Frigotto, 1999, 2001, 2007; Oliveira & Mañas, 2004).

Inserção sociolaboral de jovens: para além do capital humano e da empregabilidade

Com respaldo no tríptico republicano homem-cidadão-trabalhador, seja nas políticas de bem-estar social após a crise de 1929, seja nas mudanças que vieram com o modelo de acumulação flexível, observa-se como as políticas neoliberais e as condições de internacionalização dos mercados vêm afetando direta e profundamente as relações entre trabalho e educação. Um dos aceleradores e aglutinadores principais dessas mutações foi a revisão da teoria liberal clássica que desembocaria na teoria do capital humano, novidade central do neoliberalismo americano, pois propunha a exploração efetiva do trabalho humano como produção de bens e de serviços, além da terra e do capital dentro da dinâmica da competitividade. Não é mais somente a força de trabalho vendida para a produção em forma de salário, mas é o próprio humano que se torna capital, factível de investimento. Capital será tudo o que pode ser, de um modo ou de outro, fonte de renda futura, por exemplo, o próprio salário, que se torna fonte de renda, e não mais apenas como aquilo que compra a força de trabalho na condição de mercadoria. O humano se transforma em uma máquina de produzir fluxos de renda, conforme descrevia Foucault, já em 1979 (Foucault, 2008).

Aptidão e competência são ativos que não se separam do trabalhador-capital, uma mudança da noção de força de trabalho para a de capital-competência. Foucault (2008) enfatiza bem a diferença. Diz que não se trata de renda, mas de fluxos de renda, uma vez que a máquina constituída via competência não se serve à troca eventual por um salário no mercado de trabalho apenas; ela possui uma duração de vida, de usabilidade, de obsolescência, de envelhecimento, tudo suscetível ao cálculo econômico. O trabalhador

se transforma em um empresário de si mesmo, uma unidade empresa com seu capital a ser valorizado, a ser investido em todas as dimensões da vida, sejam elas afetivas, profissionais, sejam educacionais.

Foucault (2008) lembra que, para os neoliberais, falar em investimentos educacionais significa englobar elementos mais amplos que entram na composição do capital humano, muito além do simples aprendizado escolar e profissional. Uma competência-máquina pode ser pensada desde cedo, ou seja, “[...] o simples tempo de criação, o simples afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de construir um capital humano” (Foucault, 2008, p. 315). Trata-se de uma composição com duas vertentes – a genética e a sociocultural –, articuladas por um aprendizado ao longo da vida toda.

É mais do que uma política econômica que está em jogo; é a modelagem social a partir da empresa; é uma ética que se constrói, um modo de pensar e estar na vida, uma nova razão, como definem Dardot e Laval (2016). Ser “[...] empresa de si mesmo supõe uma integração da vida pessoal e profissional, uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo”, não mais em função de um contrato, mas de projetos e metas crescentes a serem batidas periodicamente, o que vai muito além do mundo profissional; “trata-se de uma ética pessoal em tempos de incerteza” (Dardot & Laval, 2016, p. 336). Ou, como nos lembram os autores, resumindo com as palavras mais que diretas de Margaret Thatcher: “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma” (Dardot & Laval, 2016, p. 331).

Há um processo de aprendizado infundável que segue uma ideologia própria, a ideologia da profissionalização, como a define Laval (2004), que embasará as ações escolares, sempre mais voltadas e guiadas por políticas públicas que promovam a adaptação ao mercado de trabalho, diminuindo a autonomia das escolas e das universidades. E, dado ser uma ideologia potente, qualquer resistência ou tentativa de crítica mais aguda demonstrando que *A Escola não é uma empresa*, como afirma o título do livro de Laval (2004), é tomada como conservadora, elitista ou nostálgica. É porque, se antes o utilitarismo vestia-se, como no caso de Locke, de uma capa moral, de caridade em relação aos pobres, agora a capa é democrática, bastando ler com atenção documentos de organismos internacionais, como a OCDE e o BM. Nesses documentos, são dadas diretrizes das competências a serem seguidas, as que serão melhores comercializáveis e

que permitem adequações dos trabalhadores às oscilações recorrentes da economia e às necessidades dos mercados, com fortes implicações na formação educacional e profissional (Laval, 2004).

Laval (2004) designa essa conjuntura como uma ideologia da profissionalização, a partir de estudos minuciosos que realizou dos documentos escritos pelos organismos internacionais e suas “recomendações”. Se, basicamente, todas as modalidades de ensino são afetadas por essa noção de profissionalização, traduzida e aplicada, muitas vezes, pela pedagogia das competências, é no chamado ensino profissionalizante, técnico e tecnológico que se observam, mais explicitamente, seus efeitos e funcionamento.

Como observa Laval (2004), a “inserção profissional”, tão reivindicada por associações sindicais, tornou-se um dos fundamentos principais desejados pelos defensores das reformas neoliberais, porém “[...] eles não o fazem para promover o valor do trabalho, para melhor defender a dignidade dos ‘profissionais’, mas para melhor servir as empresas com mão-de-obra ‘adaptada’” (Laval, 2004, p. 68-69). O custo dessa adaptação para os cursos técnicos e tecnológicos, que carregam a palavra “profissional” mais fortemente associada a eles, nessa dinâmica que considera a escola uma extensão da empresa e abandona, paulatinamente, a função de escolarização própria de um estabelecimento educacional, é reforçar o histórico *status* marginalizado, um ensino para determinada camada da sociedade.

Considerações finais

Uma vez que as políticas públicas como um todo, e mais especificamente as voltadas para a área educacional, transformaram-se em um avalista passivo do modelo-empresa, o ensino profissional técnico e tecnológico se mantém como a velha panaceia utilitarista para controle dos pobres, seguindo o discurso desenvolvimentista da empregabilidade, porém em um mundo do trabalho cada vez mais sem empregos, em que a informalidade, o subemprego e a uberização são enquadrados como formas de empreendedorismo, quando, na verdade, reproduzem e ampliam as desigualdades socioeconômicas ao eliminar toda forma de seguridade, que nem Estado tampouco empresa se sentem na obrigação de assumir, já que a lógica é a do empresário de si.

Há um fator adicional a ser considerado. A mutação do capitalismo nas últimas décadas trouxe consigo a expansão dos serviços para níveis mundiais, assim como a

circulação dos fluxos de capital financeiro por meio de empresas transnacionais, promovendo a internacionalização do mercado de trabalho e, por consequência, afetando os sistemas educacionais locais, que passam a ser pressionados por promotores de comércio de serviços educativos internacionalizados.

A teoria do capital humano alcança outros patamares; torna-se um problema de governamentalidade global com importantes implicações para os países periféricos. A política de crescimento econômico não seria exclusivamente voltada ao investimento material do capital físico, mas centrada no nível e na forma de investimento em capital humano.

A mundialização do mercado educativo deixou aparente onde foram gestadas essas modificações e às custas de quem. Salienta-se o intercâmbio, de emprego e/ou educacional, crescente de jovens promissores, incentivado pelos responsáveis do comércio exterior dos países centrais. É uma dinâmica perversa e de difícil crítica, pois o discurso produtor de consensos contido nas recomendações dos organismos internacionais (OCDE, OMC, BM, Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços [AGCS], dentre outros), enaltecendo a sociedade do conhecimento – e, portanto, a necessidade de uma educação mundializada –, não respeita nem mesmo a antiga lógica liberal de equiparação mínima para que uma concorrência equilibrada aconteça. Verifica-se que o agravamento da vulnerabilidade e as questões relacionadas à violência contra os jovens na América Latina e no Brasil se devem à falta de formulação, implementação e avaliação contínua de políticas públicas. Por essa razão, os jovens encontram dificuldades para a sua inserção no mercado de trabalho, seja em função de pouca qualificação, seja de pouca experiência.

Contribuir para a busca de obtenção de estatísticas favoráveis que concernem à ampliação de matrículas e à conclusão dos cursos de formação profissional e tecnológica é, sem dúvida, primordial para a formação e o desenvolvimento profissional de jovens que estão em situação de vulnerabilidade social e precisam ser inseridos em um contexto laboral transformador e de inclusão tecnológica na economia mundial, para fins de sua autonomia e desenvolvimento integral.

Isso conduz à proposta de um novo pensar nas perspectivas almejadas para a educação norteadas por uma maior integração social nas relações sociais, de maneira a possibilitar a ampliação dos laços de convivência entre as pessoas, de modo interativo no

contexto social, regional, nacional e internacional – e que contribua para aumentar a cooperação, a solidariedade e a sociabilidade.

As proximidades com as indústrias e as empresas de serviços, mais a duração geralmente menor dos cursos profissionalizantes técnicos e tecnológicos, criam a expectativa de uma educação cuja função central é a implementação de conhecimentos operatórios destacados da formação geral, como se estivesse apartada de uma formação técnica de qualidade, por conter saberes supostamente desnecessários ao aprendizado técnico e tecnológico, como os saberes de cunho cultural. Ao mesmo tempo, é a própria formação mais instrumental técnica que se vê prejudicada, uma vez que as estatísticas e recomendações das agências multilaterais implicam a aquisição de competências comportamentais adaptativas que acabam por ocupar boa parte do tempo dos cursos. Em vez de se aprender o ofício com maior profundidade, os currículos são flexibilizados perante as lógicas de mercado, sendo prejudicada a tecnicidade dessa formação – e a sua conexão com o desenvolvimento tecnocientífico e econômico.

Ainda que as soberanias nacionais queiram resistir de alguma forma, elas são impelidas pelos mecanismos de mercados ao processo de homogeneização da formação de jovens, que, paradoxalmente, vivem em contextos heterogêneos e, em grande parte, enfrentam inúmeras e imensas dificuldades para participarem de possíveis benefícios desse processo.

Em um mundo crescentemente sem empregos, a profissionalização técnica para as diferentes juventudes em escala global, como ativo para o capital humano, torna-se um caminho para se ter um privilégio, embora seja o privilégio da servidão, como sugere o título da publicação do sociólogo Ricardo Antunes (2018), “privilégio” que pode nem mesmo acontecer, se consideradas as condições e especificidades regionais e locais.

Referências

- Aguilar, L. E. (2013). *A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica.
- Alcoforado, L., Frias, M., Cordeiro, A. R., Fonseca, A. C., & Oliveira, M. (2019). Educação e (não) trabalho: indagações sobre uma relação sempre controversa. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 13(34), 38-58. https://doi.org/10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2018.Vol13.N34.pp38-58

- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, 107, 405-419. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300002>
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Ciavatta, M. (2011). A cultura do trabalho e a educação plena negada. *Revista Labor*, 5(11), 164-183.
- Ciavatta, M., & Ramos, M. (2012). A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação*, 17(49), 11-37.
- Cinterfor. (1968). *Estudio sobre manuales*. <http://www.oitcinterfor.org/pt-br/node/1745?device=desktop>
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (2021). Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean. *United Nations*. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/c858635c-4c08-41e4-b511-28ef46516f4d/content>
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (2023). Panorama Social da América Latina e do Caribe 2022: A transformação da educação como base para o desenvolvimento sustentável. *United Nations*. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/0ac62b94-ba98-4a1a-aac8-17f3bc5c3a21/content>
- Dardot, P., & Laval, C. L. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Brasil. (1909). *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm
- Di Piero, M. C. (2008). Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. *Cadernos de Pesquisa*, 38(134), 367-391. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200006>
- Ebersold, S. (2001). *La naissance de l'inemployable*. Rennes: PUR.
- European Statistical Office. (2022). Statistics on young people neither in employment nor in education or training. *Eurostat*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Statistics_on_young_people_neither_in_employment_nor_in_education_or_training
- European Statistical Office. (2025). *Estatísticas de desemprego: dados mensais*. <https://ec-europa-eu.translate.goog/eurostat/statistics->

[explained/index.php?title=Unemployment_statistics&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge#:~:text=%20Eurostat%20\(une_rt_m\)-Desemprego%20juvenil,mil%20na%20zona%20do%20euro](https://www.riem.unma.br/index.php?title=Unemployment_statistics&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge#:~:text=%20Eurostat%20(une_rt_m)-Desemprego%20juvenil,mil%20na%20zona%20do%20euro)

- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Frigotto, G. (1999). Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, 25(2), 1-32.
- Frigotto, G. (2001). Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Revista Perspectiva*, 19(1), 71-87.
- Frigotto, G. (2007). A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1129-1152.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. *UNICEF*, jan. <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>
- Harvey, D. (2013). *Condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola.
- Helal, D. H. (2005). Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. *Cadernos EBAPÉ.BR*, 3(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512005000100006>
- Laval, C. (2004). *A Escola não é uma empresa*. Londrina, PR: Editora Planta.
- Ministério da Educação. (2023). *MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023*. Brasília, DF: MEC. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>
- Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2025). *Censo Escolar da educação básica 2024: resumo técnico*. Brasília, DF: MEC/INEP. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf
- Moraes, G. H., & Albuquerque, A. E. M. (2019). *As estatísticas da educação profissional e tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.
- Oliveira, F. J., & Mañas, A. V. (2004). *Tecnologia, trabalho e desemprego um conflito social*. São Paulo, SP: Érica.
- Organização das Nações Unidas. (2024). *Tendências globais de emprego juvenil 2024*. ONU. <https://brasil.un.org/pt-br/276308-tend%C3%A2ncias-globais-de-emprego-juvenil-2024>
- Organização Internacional do Trabalho. (2020, 9 mar.). *Cresce a exclusão de jovens do emprego e da formação*. OIT. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738040/lang--pt/index.htm

- Organização Internacional do Trabalho. (2023, 19 dez.). *Panorama Laboral 2023*. OIT. <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/oit-apesar-de-apresentar-uma-menor-taxa-de-desemprego-em-2023-recuperacao>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021). *Education Policy Outlook: Brasil – com foco em políticas internacionais*. OCDE. <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-INT-PT.pdf>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2023). *Youth not in employment, education or training (NEET)*. OCDE. <https://data.oecd.org/youthinac/youth-not-in-employment-education-or-training-neet.htm>
- Portal da Indústria. (2023, 2 maio). *Brasileiros defendem a educação profissional, mas acesso é para poucos*. <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/brasileiros-defendem-educacao-profissional-mas-acesso-e-para-poucos/#:~:text=Enquanto%20a%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20o,os%20brasileiros%20nas%20pol%C3%ADticas%20educacionais>
- The World Bank Group. (2023). *Share of youth not in education, employment or training, total (% of youth population) – Latin America & Caribbean*. The World Bank. <https://data.worldbank.org.cn/indicator/SL.UEM.NEET.FE.ZS?locations=ZJ>
- Tokarnia, M. (2023). *Um em cada dez estudantes brasileiros curso ensino profissional*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-09/um-em-cada-dez-estudantes-brasileiros-cursa-ensino-profissional#:~:text=Em%20m%C3%A9dia%2C%20entre%20pa%C3%ADses%20da,de%2014%25%20e%2015%25>
- Torres-Patiño, I. C., Rojas-Hernandez, C. M., & García-Perdomo, H. A. (2021, 15 dez.). *Barreiras de acesso e permanência na universidade um olhar*. Einstein. <https://journal.einstein.br/pt-br/article/barreiras-de-acesso-e-permanencia-na-universidade-um-olhar/#:~:text=Na%20Am%C3%A9rica%20Latina%2C%20as%20taxas,de%2010%25%20a%2025%25.&text=Enquanto%20parece%20n%C3%A3o%20haver%20grandes,que%20em%20na%C3%A7%C3%B5es%20em%20desenvolvimento.&text=Durante%20a%20grande%20recess%C3%A3o%2C%20o,aqueles%20provenientes%20de%20fam%C3%ADlias%20carentes>
- Valor Econômico. (2024, 11 ago.). *A proporção de jovens nem-nem no Brasil chega a 20,6%*. <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/a-proporcao-de-jovens-nem-nem-no-brasil-chega-a-206percent.ghtml>

Recebido: 13/06/2025

Aceito: 22/07/2025

Publicado: 26/04/2026

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.